



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Outubro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em outubro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	6
Colômbia	9
Equador	12
Guiana	15
Peru.....	15
Suriname	18
Venezuela	19
OTCA	21

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No início de outubro, a crise climática e ambiental na Bolívia, ligada aos inúmeros focos de incêndio e à seca nos rios, sobretudo no rio Madeira, se prolongou. Com isso, no início do mês, o governo Arce declarou estado de desastre nacional [1]. No dia 2, comunidades indígenas afetadas pelos incêndios, junto a algumas entidades privadas, lançaram uma *Consulta popular nacional por la vida*, que teve como objetivo colher respostas e opiniões sobre as populações atingidas e exigir ações concretas do governo [2]. Esta foi apenas uma das diversas manifestações populares pedindo políticas práticas e urgentes sobre a crise ecológica que o país atravessa.

Os números foram efetivamente dramáticos. No dia 7, o governo declarou que havia mais de 11 mil famílias e 746 comunidades afetadas, concentradas, principalmente, entre a Chiquitanía e a Amazônia. Ainda de acordo com as declarações do governo, ao longo de quatro meses, os incêndios afetaram todos os nove departamentos do país, mas ficaram majoritariamente concentrados nos departamentos amazônicos de Santa Cruz, Beni e Pando [3]. No início do mês, a *Plataforma Nacional de Suelos de Bolivia* também emitiu carta aberta em que afirmou que mais de 10 milhões de animais foram mortos e mais de 7 milhões de hectares de floresta foram atingidos pelos incêndios [4]. Até o final do mês, a situação não estava completamente normalizada, havendo permanência da baixa do rio Madeira, a despeito da diminuição no número de focos de incêndios [5].

A diminuição dos incêndios começou a ser notificada somente a partir da segunda metade do mês. No dia 18 de outubro, Franz Valdez, diretor de Manejo de Bosques y Tierras, declarou que, na data, o governo boliviano havia conseguido reduzir de 70 para 41 focos de incêndios florestais em 10 dias [10]. Em função da permanência da crise, ao longo de outubro, o país seguiu recebendo apoio internacional para mitigar a catástrofe de países como a Venezuela, que enviou bombeiros destinados ao resgate de fauna [6]; do Chile, que enviou helicópteros e equipamentos [7]; e dos Emirados Árabes Unidos, que enviaram ajuda humanitária e alimentos [8]. Além disso, o apoio da União Europeia para a Bolívia no combate aos incêndios chegou, no mês, à cifra de \$ 1,3 milhão de euros [9].

No âmbito de seu trabalho para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), no dia 4, a chancelaria boliviana lançou nota reafirmando seu compromisso com o meio ambiente e manifestando sua preocupação com os incêndios,

no marco do Segundo Encontro Regional de Diálogos, Avanços e Desafios na construção da Plataforma Amazônica dos Povos Indígenas, organizado pela OTCA. Durante o evento, Celinda Sosa, chanceler boliviana, pediu mais esforços conjuntos dos países amazônicos para a mitigação dos incêndios [11]. Cabe notar que o coordenador para assuntos indígenas da OTCA, Freddy Mamani, é boliviano e, por isso, o país tem grande importância para a pauta dentro da organização. Ainda no âmbito dos povos indígenas da Amazônia, entre 30 de setembro e 3 de outubro, foi realizado em Lima, no Peru, o *III Encuentro de Mujeres Indígenas de la Amazonía*, que contou com a presença de representantes bolivianas em um total de mais de cem mulheres indígenas participantes [12].

Para além dos incêndios, outra questão socioambiental despertou preocupação na Bolívia em outubro. No dia 8, populações locais de Saicán, no departamento de Tariquia, denunciaram a incursão de equipes da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e da Petrobrás no poço Domo Oso X3, que fica dentro da Reserva Nacional de Flora y Fauna de Tariquía, apesar da oposição manifestada pelos habitantes do território [13].

Na agenda de biodiversidade, ocorreu a COP16 em Cali, na Colômbia. A Bolívia enviou uma delegação de alto nível, que contou com a participação de David Choquehuanca, vice-presidente, e Celinda Sosa, chanceler. Entre as diversas agendas que a delegação cumpriu, algumas se destacaram. Ao participar do evento *Sistemas Alimentarios y la Amazonía*, Celinda Sosa destacou a importância da agricultura tradicional para a resiliência do clima e da biodiversidade na Bolívia [14]. Por sua vez, David Choquehuanca, vice-presidente boliviano, participou junto a Gustavo Petro, presidente colombiano, de evento que discutiu estratégias conjuntas para a transformação dos cultivos ilícitos de coca em cultivos lícitos nos dois países e salientou a importância da cooperação pan-amazônica para esse processo [15].

Assim como os demais países amazônicos, a Bolívia assinou a chamada Declaração de Cali, que reforça a importância da coordenação regional para a preservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável [16]. Além disso, representantes de comunidades indígenas da Amazônia boliviana fizeram parte do lançamento do G9, coalizão regional com representantes indígenas dos países amazônicos para a coordenação em agendas ambientais e de biodiversidade [17]. Destaca-se a participação da *Confederación de Pueblos Indígena del Oriente Chaco y Amazonia de Bolivia* (Cidob) nesse processo, organização que fez aniversário no início do mês. [18].

No plano bilateral, três notícias tiveram relevância. No dia 16, foi anunciado que a licitação para a construção da ponte binacional que ligaria Guajará-Mirim, no Brasil, a Guayaramerin, na Bolívia, foi suspensa. A construção da ponte havia sido oficialmente anunciada em novembro de 2023. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Brasil, a suspensão ocorreu por questionamentos sobre a atestação de capacidade técnica das empresas responsáveis pela construção [19]. O projeto havia sido anunciado como de grande importância em termos de comércio e integração infraestrutural para a região. No mesmo dia, Celinda Sosa esteve em Brasília para uma reunião com Mauro Vieira, chanceler brasileiro, a qual, entre outros temas, tratou da luta conjunta contra o tráfico de drogas e contra os incêndios, da gestão integrada e prevenção a desastres e de questões ligadas ao comércio de fertilizantes. A reunião foi finalizada com a disposição de trabalhar em 27 instrumentos de cooperação, que estão sendo negociados [20].

Além disso, no dia 25 de outubro, foi anunciada, na *IV Reunión de la Comisión Binacional Permanente*, presidida por vice-ministros de relações exteriores, a reativação da comissão bilateral Bolívia-Colômbia depois de 23 anos de paralisação. Foi discutida a ampliação da agenda bilateral com ênfase em temas econômicos e culturais. Teve destaque a proposta de criação de um grupo *ad hoc* para discutir questões indígenas e de gênero, a cooperação em biocombustíveis e o projeto *Minería para la Paz* [21]. A Bolívia também participou, entre os dias 9 e 13, do *Diálogo de Alto Nivel y V Reunión Plenaria de la Conferencia Suramericana sobre Migraciones*, realizado na Colômbia, passo fundamental para a consolidação de um *Plan Sudamericano de Desarrollo Humano de las Migraciones* [22].

Ainda no plano bilateral, Bolívia e China assinaram um Convênio de Cooperação Econômica e Técnica no dia 28 de outubro, o qual, entre outros elementos, garante o financiamento para equipamentos de controle fronteiriço na Bolívia [23]. A assinatura fez parte de um processo mais longo de fortalecimento das relações bilaterais entre a Bolívia e a China, que passou pela X Reunião do Mecanismo de Consulta Pública, em Pequim [24], e do convite à Bolívia para ser país parceiro do BRICS em cúpula do bloco realizada na Rússia.

Por fim, cabe mencionar que a Bolívia foi eleita membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o período 2025-2027 e, entre diversos temas, comprometeu-se a levar adiante o “direito ao meio ambiente são” [25]. Além disso, no quadragésimo período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Celinda Sosa

clamou por compromissos baseados no princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas para a promoção da gestão integrada do meio ambiente [26].

Referências

- [1] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/10/incendios-forestales-bolivia-declara-desastre-nacional-otros-seis-paises-sufren-con-el-fuego/>
- [2] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/ind%C3%ADgenas-afectados-por-los-incendios-en-bolivia-lanzan-consulta-popular-y-exigen-acciones/87663866>
- [3] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/10/07/bolivia-reporto-que-mas-de-11700-familias-resultaron-damnificadas-por-los-incendios-forestales/>
- [4] Disponível em: <https://lavozdetarija.com/2024/10/05/plataforma-nacional-de-suelos-bolivia-advierte-sobre-devastadora-perdida-ambiental-en-carta-abierta/>
- [5] Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/noticia/geral/2024/10/22/ainda-e-pouco-chuvas-na-bolivia-ainda-nao-sao-suficientes-para-elevar-o-nivel-do-rio-madeira.html>
- [6] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/bomberos-venezolanos-rescatan-100-especies-de-fauna-silvestre-en-bolivia-durante-incendios/87683495>
- [7] Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/conaf-envia-bolivia-helicoptero-combatir-incendios-forestales_20241006/
- [8] Disponível em: https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/12/17930/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR3Z7_pxwuE7XTsQZCQMcy0HUZvg7pp4J53uWd5HePgu5P9G6PhZIDA_W84_aem_A3v9oYNlrhv8I0TllWj7wg
- [9] Disponível em: <https://eju.tv/2024/10/apoyo-de-la-ue-contra-incendios-en-bolivia-ascendio-a-e-13-millones/>
- [10] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/bolivia-logro-reducir-de-70-a-41-los-incendios-forestales/>
- [11] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/04/17823/>
- [12] Disponível em: <https://peru21.pe/peru/lideresas-indigenas-de-sudamerica-unen-fuerzas-para-proteger-la-amazonia>
- [13] Disponível em: <https://www.laregion.bo/comunarios-de-tariquia-denuncian-ingreso-de-petrobras-y-ypfb-a-zona-del-pozo-domo-oso-x3-pese-a-oposicion-local/>
- [14] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/28/18461/>
- [15] Disponível em: <https://lapatria.bo/2024/10/29/petro-y-choquehuanca-buscan-transformar-cultivos-de-coca-en-economias-licitas-en-cali/>
- [16] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/30/18484/>
- [17] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/los-pueblos-de-los-nueve-paises-amazonicos-lanzan-g9/>
- [18] Disponível em: <https://abi.bo/index.php/reportajes/34-notas/noticias/gobierno/55819-arce-celebra-aniversario-de-la-cidob-y-afirma-que-el-estado-plurinacional-no-podria-existir-sin-los-pueblos-indigenas>
- [19] Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/10/16/licitacao-para-construcao-da-ponte-binacional-entre-brasil-e-bolivia-e-suspensa.ghml>
- [20] Disponível em: https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/16/18003/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR18CiMj7T-GSKGciI_6OE77rHbp1hqNPNSpo7HQM6mlpOh6sjgQ8bibI5Y_aem_IWPyS5sRY_sl3HH8D9OUIA

- [21] Disponível em: <https://www.la-razon.com/nacional/2024/10/24/bolivia-y-colombia-reanudan-comision-binacional-luego-de-23-anos/>
- [22] Disponível em:
https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/13/17935/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR1VmP61XhPSkjM9bypILVmJUJWmN6-sjXePrFuVYLHoT86amlSd_xNlMo_aem_GNKMrCHr6GKtXrmanNreKg
- [23] Disponível em:
https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/28/18468/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR18CiMj7T-GSKGciI_6OE77rHbp1hqNPNSpo7HQM6mlpOh6sjgQ8bibl5Y_aem_IWPYs5sRY_sl3HH8D9OUIA
- [24] Disponível em:
https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/16/17977/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR3mV5x0fSQIGkZuN5KG7Ojot5O_ZCgox6HSD8yzqOYJTQgTCOOFGJoRQV8_aem_KlkgzysLI_-gqdQe2njt_Q
- [25] Disponível em:
https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/09/17896/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR1VmP61XhPSkjM9bypILVmJUJWmN6-sjXePrFuVYLHoT86amlSd_xNlMo_aem_GNKMrCHr6GKtXrmanNreKg
- [26] Disponível em:
https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/09/17901/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR3Z7_pxwuE7XTsQZCQMcy0HUZvg7pp4J53uWd5HePgu5P9G6PhZIDA_W84_aem_A3v9oYNlrhv8I0TllWj7wg

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Neste mês, a política brasileira foi marcada por eleições municipais, cujo 1º turno ocorreu em 6 de outubro e o 2º turno, quando houve, no dia 27. O site de jornalismo InfoAmazonia analisou os resultados dos 772 municípios da Amazônia Legal e apontou que prefeitos favoráveis à causa ambiental foram eleitos em apenas 5,8% deles. Além disso, somente dez destes municípios elegeram bancadas de vereadores a favor da pauta ambiental. A análise concluiu que a Amazônia Legal será governada nos próximos quatro anos, em sua grande maioria, por prefeitos e vereadores que não defendem o meio ambiente e políticas públicas para a redução dos efeitos das mudanças climáticas [1].

O resultado das eleições municipais indica que haverá dificuldade para se alterar dados ruins sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira divulgados ao longo do mês. Segundo dados do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (SIMEX), da ONG Imaflora, publicados no dia 9, a área com extração ilegal de madeira na Amazônia aumentou 19% em um ano, de 106 mil hectares entre agosto de 2021 a julho de 2022 para 126 mil hectares entre agosto de 2022 e julho de 2023. A região mais afetada

foi o norte de Rondônia e o sul do Amazonas. A maior parte da extração ilegal aconteceu em imóveis rurais privados (71%), seguida por terras indígenas no entorno da BR-319 (16%) [2].

Além disso, dados da ONG Global Forest Watch sobre o desmatamento de florestas em países do G20 ao longo de 2023, publicados no dia 11, apontaram que o Brasil foi o terceiro país com maior perda de área (14,5% do total) – atrás do Canadá (44,4%) e da Rússia (17,4%), que registraram secas e incêndios em suas florestas boreais no ano passado. Entretanto, outro levantamento da ONG, considerando apenas perdas de florestas primárias (isto é, do tipo tropicais úmidas), colocou o Brasil em 1º lugar, com 1,1 milhão de hectares desmatados em 2023 – seguido por República Democrática do Congo, com 526,1 mil ha, e Bolívia, com 490,5 mil ha [3].

Um terceiro estudo feito pela ONG MapBiomas sobre o desmatamento da Amazônia entre 1985 e 2023, publicado no dia 3, revelou que a área de pastagem na Amazônia cresceu 363%, passando de 12,7 milhões de hectares para 59 milhões. Em 2023, pelo menos 14% do território da Amazônia eram utilizados como pasto para gado. No caso da agricultura, o aumento foi de 4.647%, passando de 154 mil para 7,3 milhões de hectares. A quase totalidade (97%) da área agrícola criada correspondeu a lavouras temporárias, com predomínio da plantação de soja, o que representou 80,5% do total. Somando as atividades, a agropecuária cresceu 417% na Amazônia em 39 anos. O bioma perdeu 55,3 milhões de hectares de vegetação nativa, o que corresponde a 14% da área total da floresta [7].

Um exemplo da importância da política municipal para estes resultados negativos foi divulgado no dia 3 de outubro, em uma reportagem fruto de parceria entre a Agência Tatu, a InfoAmazonia e o Intercept Brasil. Segundo a matéria, multas no valor de R\$ 17 milhões foram aplicadas pelo Ibama ao presidente da Câmara Municipal do Recife, Romero Jatobá Cavalcanti Neto, do PSB. Este foi o maior valor em multas ambientais registrado a um candidato às eleições municipais de 2024, que faz parte de um total de R\$ 500 milhões cobrados de candidatos no pleito. Apesar de o político estar vinculado ao município do Recife (PE), a região identificada como propriedade de Jatobá encontra-se a mais de 2 mil quilômetros da região, em território de floresta amazônica. O tamanho do desmatamento, segundo o Ibama, chegou a 404 hectares em uma área de proteção ambiental, aparentemente em prol da ampliação da criação de gado. Uma fiscalização do Ibama em outras terras do vereador na mesma região tinha sido realizada em 2020, embargado cerca de 2 mil hectares e proibido a atividade agropecuária. Porém, imagens

de satélite demonstraram que, apesar das determinações, cerca de 4,6 mil hectares foram derrubados entre 2019 e 2023. Focos de queimada foram registrados entre julho e setembro de 2024, além da expansão das fronteiras da propriedade. As autuações estão em fase de homologação, ainda cabendo recurso à defesa [4][5][6].

No que toca a agenda do presidente Lula para a Amazônia em outubro, ele pretendia comparecer à COP-16 da Biodiversidade, realizada na Colômbia, porém cancelou a viagem após sofrer um acidente médico. A delegação brasileira foi composta por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Meio Ambiente, que apresentaram iniciativas para construir trocas de informação e parcerias com outros países, como a proposta de criação do *Tropical Forest Finance Facility*, fundo para remunerar países em desenvolvimento que mantêm florestas tropicais de pé com base no cálculo de hectares; a aprovação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, que contempla todos os biomas brasileiros; e a reinstalação da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), espaço de diálogo entre Executivo federal e sociedade civil que havia sido desativado no governo Bolsonaro. Além disso, o Brasil defendeu o repasse de recursos de países desenvolvidos a países em desenvolvimento acordados no Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal de 2022, assim como a criação de um mecanismo multilateral para integrar bancos genéticos digitais e facilitar seu acesso a quaisquer interessados [8] [9].

Cabe registrar, por fim, que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que reúne entidades indígenas nos nove Estados amazônicos, apoiou a criação, na COP-16 da Biodiversidade, do G9 da Amazônia Indígena. Trata-se de uma aliança entre organizações dos nove países amazônicos que representam 511 povos tradicionais e que pretende defender seus interesses nos debates multilaterais sobre biodiversidade e clima. Entre os temas prioritários da aliança, estão apoiar a segurança jurídica dos territórios indígenas por meio de demarcação e políticas de reconhecimento, exigir mecanismos de financiamento direto para os povos indígenas da Amazônia e proteger povos indígenas em isolamento [10].

Referências

- [1] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/10/31/eleicoes-municipais-2024-qual-e-o-posicionamento-dos-eleitos-na-amazonia-em-relacao-ao-meio-ambiente/>
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/10/area-de-desmatamento-ilegal-cresce-19-na-amazonia-em-um-ano.shtml>

- [3] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/10/11/paises-do-g20-respondem-por-68percent-da-perda-de-cobertura-florestal-no-mundo.ghtml>
- [4] <https://www.intercept.com.br/2024/10/03/presidente-da-camara-de-recife-romerinho-jatoba-multas-amazonia/>
- [5] <https://infoamazonia.org/2024/10/03/presidente-da-camara-de-recife-romerinho-jatoba-tem-r-17-milhoes-em-multas-ambientais-em-area-protegida-da-amazonia/>
- [6] Disponível em: <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/romerinho-jatoba-multas-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2024/10/03/pastagem-corresponde-a-mais-de-90-de-desmatamento-na-amazonia.htm>
- [8] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/cop-16-brasil-reforca-compromisso-com-meio-ambiente-e-apresenta-estrategias-para-conservacao-da-biodiversidade-global>
- [9] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/10/25/cop16-de-biodiversidade-fundo-pode-financiar-a-protecao-de-1-bilhao-de-hectares-de-floresta/>
- [10] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/10/28/indigenas-de-paises-amazonicos-lancam-alianca-na-cop16.ghtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, foi realizada a 16ª edição da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas – a COP16. Cerca de 170 países enviaram delegações para participar do que foi considerado o maior e mais importante evento diplomático realizado na Colômbia [1]. A organização bem-sucedida do evento era importante para Gustavo Petro, que elenca a ação climática como uma de suas prioridades de governo. Susana Muhamad, ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, trabalhou durante o último ano para garantir a presença de representantes de alto nível na conferência e para alinhar o posicionamento dos países amazônicos [2]. As autoridades colombianas também precisaram coordenar esforços para garantir a segurança da COP16 diante de ameaças de atentados feitas pelo Estado Maior Central (EMC), grupo de dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC [3].

Para Muhamad, os principais objetivos da Colômbia foram cumpridos e a COP16 foi um “sucesso na educação e mobilização da sociedade colombiana” [4]. Para ativistas ambientais, a conferência apresentou resultados mistos, já que obteve conquistas históricas, como a inclusão de povos indígenas e comunidades locais nas tomadas de decisão sobre a conservação da biodiversidade, mas também falhou em alcançar

consensos em torno de temas importantes, como um mecanismo de financiamento obrigatório para a proteção da biodiversidade [5][6].

O aumento do papel de povos indígenas e comunidades tradicionais nas decisões sobre biodiversidade foi feito por meio do estabelecimento de mecanismos que amplificam a operacionalidade do artigo 8J da Convenção sobre Diversidade Biológica. O artigo 8J reconhece a participação desses atores como fundamental para a conservação da biodiversidade [7]. Como resultado das discussões da COP16, a implementação do artigo foi fortalecida com a criação de um órgão subsidiário permanente para facilitar a presença de povos indígenas e comunidades locais nos diálogos e negociações relacionados à biodiversidade [8] [9]. Além disso, como resultado de um trabalho colaborativo liderado pela Colômbia e pelo Brasil, as comunidades afrodescendentes foram incorporadas no escopo da norma [9].

No entanto, um ponto que frustrou expectativas foi o de financiamento global à conservação e recuperação da biodiversidade. Uma das maiores dificuldades ao avanço prático da pauta ecológica de forma internacional está relacionada a essa temática. Esperava-se destravar o debate acerca das partes que devem contribuir com um fundo vinculante para conservação ambiental na COP-16 [6]. Todavia, o embate entre interesses do Sul e do Norte global seguiu como empecilho para a criação de um financiamento obrigatório subsidiado por empresas que lucram com a biodiversidade [6].

Ainda assim, a COP-16 apresentou resultados na questão do financiamento com a criação do Fundo Cali. Desenvolvido com o objetivo de promover uma distribuição mais igualitária dos benefícios advindos dos dados de sequenciamento genético (DSI), sua criação foi um dos grandes destaques da conferência. Grande parte da exploração desses dados, “em sua maioria oriundos dos países mais biodiversos” [6], são “usados amplamente por indústrias que lucram bilhões com cosméticos, medicamentos e alimentos” [6]. Visando uma compensação mais justa entre essas grandes empresas e os povos nativos, o fundo propôs a contribuição de 1% de seus lucros ou 0,1% de suas receitas. O ponto mais criticado na elaboração do texto que fundamenta o Fundo Cali está na “ausência de uma expressão que traga o caráter de obrigatoriedade” [6]. Sem esse mecanismo, as populações indígenas seguem sem arcabouço jurídico para cobrar a contribuição efetiva das grandes empresas. Apesar de embrionário, há expectativa de maior maturação do fundo na próxima conferência, que será realizada na Armênia, em 2026 [6].

A COP-16 também foi palco de avanços no principal mecanismo de cooperação para a proteção da Amazônia. No dia 29 de outubro, no âmbito do evento, o colombiano Martin von Hildebrand assumiu o cargo de secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [10]. Von Hildebrand, reconhecido por seu trabalho na proteção da Amazônia e dos povos indígenas, foi indicado pelo governo colombiano para assumir a chefia da organização em fevereiro de 2024 [10] [11]. Adiada desde então, a posse de Martin von Hildebrand marca o fim de uma crise política que deixou o cargo de chefia da OTCA vazio por 8 meses, como consequência da oposição do Peru à nomeação colombiana [11]. Na época, o Peru não apoiou a posse de van Hildebrand como retaliação ao apoio de Gustavo Petro ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, que está em prisão preventiva desde dezembro de 2022, quando tentou dissolver o Congresso do Peru [11].

Ainda no dia 29, a Colômbia lançou a “Coalizão pela Paz com a Natureza” [1]. Acompanhado pelo Secretário Geral da ONU, António Guterres, e outros cinco chefes de Estado, Petro anunciou a medida, que contou com o apoio de 20 países e 40 organizações. Segundo Susana Muhamad, a coalizão “não é de cunho técnico, mas sim uma declaração política com raízes profundas” [12]. Apesar de não apresentar caráter vinculante e carecer de ações concretas, a iniciativa foi considerada um sucesso da diplomacia colombiana. A pauta da “Paz com a Natureza” é uma temática central no governo de Petro. A adesão dos Estados, organizações e mais de 40 mil pessoas – por meio da plataforma change.org – representa a globalização de interesses nacionais, demonstrando seu apelo global.

O impacto negativo do uso de petróleo e gás como fontes energéticas foi um dos principais pontos expressados por Gustavo Petro na COP-16. Em seu discurso no evento, em 29 de outubro, o presidente colombiano criticou o patrocínio de empresas petroleiras às Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas e acrescentou que a COP da Diversidade Biológica acontece “em um país da biodiversidade, e não do petróleo” [13]. Em 1º de novembro, Susana Muhamad reforçou o apelo de Petro para a eliminação da produção de combustíveis fósseis em entrevista que concedeu ao portal de notícias G1 [14]. A Ministra repreendeu o debate no governo brasileiro sobre a exploração de petróleo e gás próximo à bacia da foz do rio Amazonas. De forma complementar, a presidente da COP16 criticou a falta de investimento internacional para a transição energética. Segundo ela, se não houver uma redução do uso de combustíveis fósseis, mesmo com todos os esforços voltados para a preservação e restauração da biodiversidade, “tudo isso pode estar perdido” [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Balance-COP16-Lo-mas-destacado-de-la-cumbre-que-mostro-por-que-Colombia-es-potencia-mundial-de-la-vida-241103.aspx>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/brasil-socio-estrategico-de-colombia-para-la-defensa-de-la-amazonia-y-la-cop16-de-biodiversidad/>
- [3] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/cali/seguimos-con-la-cop16-y-la-seguridad-se-mantiene-como-nuestra-prioridad-3363142>
- [4] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-cop16-supero-todos-los-pronosticos-estos-son-los-logros-historicos-que-alcanzo/>
- [5] Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/cop16-e-suspensa-sem-consenso-sobre-financiamento/>
- [6] Disponível em: <https://climatetrackerlatam.org/historias/fundo-cali-e-avanco-na-cop16-mas-resultado-aquem-do-esperado-deixa-gosto-amargo-na-conquista/>
- [7] Disponível em: <https://www.cbd.int/meetings/COP-16>
- [8] Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/cop-16-e-encerrada-com-avancos-historicos-para-os-povos-indigenas>
- [9] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/cop16-se-aprueba-organo-subsidiario-y-se-reconoce-el-rol-de-los-afrodescendientes-en-el-cdb/>
- [10] Disponível em: <https://otca.org/pt/martin-von-hildebrand-novo-secretario-geral-da-otca-assume-com-um-firme-compromisso-pela-conservacao-da-amazonia/>
- [11] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/01/crise-entre-peru-e-colombia-paralisa-organizacao-regional-sobre-amazonia-e-preocupa-governo-lula.ghtml>
- [12] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-10-30/colombia-aprovecha-la-cop16-para-forjar-una-coalicion-de-paz-con-la-naturaleza.html>
- [13] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Palabras-del-presidente-de-Colombia-Gustavo-Petro-Urrego-en-la-instalacion-del-segmento-de-alto-nivel-de-la-COP16-241029.aspx>
- [14] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/11/01/explorar-petroleo-na-amazonia-e-uma-contradicao-total-diz-ministra-do-meio-ambiente-da-colombia.ghtml>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Não houve ações relevantes relacionadas à Amazônia nas agendas do presidente e do Ministério de Relações Exteriores do Equador em outubro. No âmbito governamental, apenas cabe registrar que, no dia 4, o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos do Equador, publicou um novo protocolo para ingresso na Zona Intangível de Tangaeri-Taromenane e da Zona de Amortiguamento, estabelecendo medidas fitossanitárias e de segurança para proteger os povos indígenas que habitam a região. O

protocolo controla o acesso terrestre, aéreo e fluvial do território, que abrange cerca de 800.000 km² e é habitado por povos indígenas em isolamento voluntário. A medida visa evitar o contágio de doenças infectocontagiosas nos povos locais e também proíbe a documentação e filmagem dos territórios [1].

Além disso, entre os dias 9 e 10 de outubro, representantes do Ministério de Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) participaram de evento promovido em Tena, na Amazônia Equatoriana, pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com apoio do Programa Euroclima, sobre a criação da “Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas” [2]. Realizado na Universidade Regional Amazônica Ikiam, o encontro contou com a presença de líderes governamentais e de comunidades indígenas que discutiram as ameaças que as mudanças climáticas representam para os territórios amazônicos. O ministério apresentou ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas sobre o território nacional. Por sua vez, no decorrer do encontro, lideranças indígenas do Equador também debateram ações para a conservação da Floresta Amazônica a partir de experiências e práticas das comunidades indígenas, com ênfase na gestão de recursos hídricos, saberes sobre saúde e atuação de mulheres indígenas na defesa dos territórios e na proteção da biodiversidade.

Outras notícias relacionadas à sociedade civil indígena marcaram o mês. Além disso, durante a COP-16 da Biodiversidade, realizada em Cali, na Colômbia, representantes da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana* (Confeniae) demandaram o financiamento direto aos povos indígenas para projetos de enfrentamento as mudanças climáticas e proteção da biodiversidade [5]. A reivindicação indígena apontou que os recursos enviados aos países em iniciativas ambientais se perdem na estrutura burocrática dos governos e das organizações não-governamentais, de modo que muito pouco realmente termina alocado nas regiões indígenas. A demanda foi apoiada por outras organizações indígenas da região que compõem a *Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (Coica) e conta com suporte da WWF, organização não-governamental comprometida com a proteção da biodiversidade. O COFENIAE espera que iniciativas como o Fundo Amazônia para a Vida, lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), durante a COP16, contemple em breve projetos de bioempreendimento de organizações indígenas na região amazônica do Equador.

No dia 31, foi divulgado que a ativista equatoriana María Belén Páez Cano recebeu o prêmio “Lovejoy” no marco da COP-16 [6]. A cerimônia reconheceu os

esforços de Páez na defesa da Amazônia Andina, no Equador e no Peru, à frente da *Fundación Pachamama* e da iniciativa *Cabeceras Sagradas de la Amazonía*. Páez atua na promoção de ações de mitigação das mudanças climáticas por meio da incorporação de cosmovisões de povos e nacionalidades amazônicas com base na “economia da floresta”. Ela foi a primeira mulher e latino-americana a receber o prêmio que é apoiado por organizações e fundos internacionais tais como Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), *The Nature Conservancy* (TNC), Conservation International (CI) e *World Wide Fund for Nature* (WWF).

Por fim, no dia 24, foi noticiado que cinco pessoas foram assassinadas e duas ficaram feridas em uma zona de mineração ilegal na região de Punino, localizada na província de Orellana [3]. Segundo a imprensa, o confronto se originou do encontro entre mineradores ilegais que disputam o controle do território e a extração ilegal do ouro. Desde 2019, a mineração ilegal depredou cerca de 1.500 hectares de florestas selvagens ao redor do Rio Punino, segundo informe do *Proyecto de Monitoreo de la Amazonía Andina* (MAAP). Também na Amazônia Equatoriana, o aumento do nível das chuvas fez transbordar os Rios Anzu, em Napo, e Macuma e Upano em Morona Santiago [4]. Atualmente, o Equador enfrenta uma crise energética provocada pela seca, situação que tem afetado centenas de agricultores e pequenos produtores – principalmente nas províncias de Napo, Orellana e Morona Santiago, localizadas na região amazônica.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/pueblos-no-contactados-aislamiento-voluntario-zona-intangible-tagueri-taromenane-yasuni-ministerio-de-la-mujer-gobierno-nacional-ministerio-de-ambiente-protocolo-nota/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/lideres-indigenas-da-amazonia-se-reunem-no-equador-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/>
- [3] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/10/25/cinco-muertos-y-dos-heridos-en-masacre-en-zona-de-mineria-ilegal-de-la-amazonia-de-ecuador/>
- [4] Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/noticias/ecuador/caudal-10-rios-empezo-a-crecer-por-lluvias-amazonia-AE8226200>
- [5] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/cop16/2024-10-28/los-pueblos-indigenas-reivindican-la-financiacion-directa-para-cuidar-la-naturaleza-en-la-cop16-de-biodiversidad.html>
- [6] Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/belen-paez-lovejoy-cop16>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, foi realizada a 16ª edição da Conferência sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP 16), em Cali, na Colômbia. O representante do Estado guianês foi o Ministro dos Recursos Naturais, Vickram Bharrat. Na ocasião, o ministro discursou acerca do importante papel que a Guiana cumpre ao preservar sua biodiversidade, já que cerca de 85% do território é coberto por mata nativa. Além disso, reforçou duas medidas anunciadas recentemente pelo presidente Irfann Ali no escopo da *Guyana's Low Carbon Development Strategy 2030* (Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono 2030, em tradução livre). A primeira referiu-se à proposta de uma aliança global para o financiamento da biodiversidade na bacia amazônica, enquanto a segunda trata-se de uma parceria com as universidades de Harvard e Oxford para a criação de um Centro Internacional para a Biodiversidade. Bharrat deixou explícito que a estratégia da Guiana repousa sobre equilíbrio entre o desenvolvimento a partir da exportação de petróleo e a conservação florestal, de tal forma que o desenvolvimento de mecanismos financeiros capazes de atrelar a preservação à acumulação de capital, como são os créditos de carbono, é fundamental para a estratégia de desenvolvimento sustentável do país [1] [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/meio-ambiente/iberdrola-biodiversidade/cop/>

[2] Disponível em: <https://caricom.org/statement-by-the-hon-vickram-bharrat-minister-of-natural-resources-guyana-high-level-segment-16th-meeting-of-the-conference-of-the-parties-to-the-un-convention-on-biological-diversity-cali-colo/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de outubro, o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) do Peru demonstrou maior protagonismo do que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em temas relacionados à política externa ambiental. Especialmente no contexto da COP 16 da Biodiversidade, que ocorreu em Cali, na Colômbia, o MINAM destacou-se pela atuação ativa em iniciativas e cooperações relacionadas à preservação da biodiversidade

e à mitigação das mudanças climáticas. Essa inclinação do MINAM na agenda externa do meio ambiente evidencia sua liderança na temática.

Em 25 de outubro, foi aprovado o Decreto Supremo nº 008-2024-MINAM, que instituiu a Estratégia Nacional de Diversidade Biológica (ENDB) e foi apresentado na COP-16 (2). A estratégia contém 5 objetivos estratégicos, 29 metas e 143 ações, que visam a realização de uma gestão eficaz que reduza a degradação da biodiversidade biológica. O documento contém uma parte dedicada aos povos indígenas e a visão deles sobre biodiversidade, almejando orientar-se pela interculturalidade, equidade, sustentabilidade, princípio da precaução, governança ambiental e participação social. A estratégia está conectada à Política Nacional do Meio Ambiente e ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional até 2050. Sua construção ocorreu de modo participativo, descentralizado e inclusivo, inclusive com amplo engajamento de mulheres e organizações indígenas, afrodescendentes e de jovens (3). Foi a primeira vez que uma ENDB incluiu um capítulo particular para os povos indígenas e a visão deles para a conservação da biodiversidade, retratando-os como guardiões da biodiversidade devido ao conhecimento ancestral e à relação com a natureza (3).

Ainda no âmbito da COP-16, o MINAM buscou promover instrumentos econômicos e financeiros a fim de incentivar investimentos públicos e privados para a conservação de ecossistemas e serviços oferecidos à sociedade (4). Com destaque à Aliança Empresarial pela Amazônia (AEA), que canaliza investimentos sustentáveis na agricultura, buscando proteger a biodiversidade amazônica e mitigar as mudanças climáticas, representantes do Peru defenderam que os “biocréditos” direcionam recursos para práticas agrícolas sustentáveis, com redução de emissões de carbono. A vice-ministra Raquel Soto destacou a importância do financiamento conjunto.

Também no contexto da COP 16, o MINAM assinou um acordo de cooperação interinstitucional com as organizações representativas das comunidades indígenas nativas do país (Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana – AIDASEP, a Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru - CONAP e a Associação Nacional de Executores do Contrato de Administração das Reservas Comunais da Amazônia Peruana – ANECAP), para implementar ações conjuntas contra os impactos das mudanças climáticas (5). Essa iniciativa se deu no âmbito da Declaração Conjunta de Intenções (DCI) – um acordo de cooperação voluntária – assinada por Peru, Noruega e Alemanha.

Ainda por ocasião da COP 16, Peru e Colômbia assinaram um Memorando de Entendimento sobre Parques Naturais Nacionais (6). O objetivo dessa parceria será implementar ações que promovam a conservação da diversidade biológica e a gestão sustentável dos recursos naturais nas áreas naturais protegidas dos dois países. O acordo, assinado em 30 de outubro, busca também fortalecer as capacidades institucionais para o bem-estar das comunidades que vivem nessas áreas e contribui ainda para a preservação da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas.

Finalmente, aconteceu na COP 16 uma reunião extraordinária de chanceleres dos países membros da OTCA para deliberarem sobre o combate à perda da biodiversidade na Amazônia (9). O país foi representado pelo vice-ministro das Relações Exteriores, Peter Camino. Como resultado da reunião, foi adotada uma declaração pela qual os países se comprometeram a reforçar ações regionais para frear a perda de biodiversidade, melhorar o acesso aos benefícios derivados do uso sustentável dos recursos genéticos, incluir a participação dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, e criar sinergias com as Nações Unidas.

Para além da COP-16 da Biodiversidade, autoridades de dez países sul-americanos se reuniram para tratar sobre estratégias de combate ao tráfico ilícito de vida silvestre na Primeira Reunião Anual da Rede de Observância e Aplicação da Normativa de Vida Silvestre na América do Sul (SudWEN), em Lima (7). O vice-ministro das Relações Exteriores reafirmou o compromisso do país com o fortalecimento da SudWEN e destacou a vontade do país em cooperar e combater delitos que prejudiquem a biodiversidade da região.

Além disso, aconteceu, no dia 18 de outubro, o VII Foro Internacional de Economia Circular (VII FIEC), organizado pelos ministérios do Meio Ambiente, da Produção e Habitação, Construção e Saneamento, com o apoio da União Europeia. Estiveram presentes líderes, pesquisadores, empresários nacionais e internacionais e demais representantes dos setores público e privado, da academia e da sociedade civil. O evento destacou o objetivo de um crescimento sustentável e abordou estratégias inovadoras para transformar a produção e o consumo. Nesse sentido, o financiamento e a cooperação internacional foram apontados como fundamentais para fomentar as práticas circulares. Na inauguração do VII FIEC, o ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro Vargas, ressaltou as ações do Peru nos últimos anos que estiveram em linha com a produção sustentável, defendendo que o país tem dado grandes passos em políticas e ferramentas de gestão para um desenvolvimento sustentável e competitivo (1).

Por fim, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, o chanceler Elmer Schialer encerrou o 40º período de sessões da CEPAL (8). Em seu discurso, chamou atenção para como o governo do Peru procura cumprir uma agenda que fomente a cooperação regional por meio de políticas públicas de inclusão, bem-estar e luta contra as desigualdades. Apesar de uma agenda relativamente menor no âmbito do meio ambiente, em comparação ao MINAM, nota-se que o MRE peruano não deixa de desempenhar certo papel nesta agenda por meio da participação em espaços multilaterais.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1042561-peru-avanza-hacia-la-economia-circular-lideres-globales-se-unen-para-impulsar-un-futuro-sostenible>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1046302-gobierno-aprueba-la-estrategia-nacional-de-diversidad-biologica-al-2050>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1047622-aportes-de-pueblos-indigenas-enriquece-la-nueva-estrategia-nacional-de-diversidad-biologica-al-2050>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1047156-en-cop-16-destacan-iniciativas-peruanas-sobre-financiamiento-verde-para-efectiva-conservacion-de-la-biodiversidad>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1050075-comunidades-indigenas-podran-ejecutar-iniciativas-vinculadas-a-la-mitigacion-del-cambio-climatico-con-apoyo-del-minam>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1050211-peru-y-colombia-unen-esfuerzos-para-fortalecer-la-conservacion-de-sus-areas-naturales-protegidas>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1033205-cancilleria-reafirma-voluntad-del-peru-para-cooperar-y-combatir-delitos-medioambientales-en-reunion-anual-de-la-red-sudwen>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1038082-canciller-schialer-clausuro-40-periodo-de-sesiones-de-cepal-y-destaco-que-peru-impulsara-la-cooperacion-en-desarrollo-sostenible>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1048375-paises-amazonicos-aprueban-declaracion-sobre-biodiversidad-en-cali-colombia>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 29 de outubro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, discursou durante a 16ª edição da Conferência sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP 16), em Cali, na Colômbia. Além de exaltar o papel do Suriname no combate à

degradação climática, também chamou atenção para a grande biodiversidade presente no território do Suriname, associando a preservação das florestas como uma resposta a ambos os desafios. Lembrou que cerca de 93% do território do país é coberto por mata nativa, o que torna sua produção de carbono negativa. Santokhi também destacou a importância das populações indígenas na preservação dos biomas, além dos conhecimentos tradicionais que são não apenas uma herança, mas também possíveis soluções [1][2].

Dos 196 países participantes da COP 16, apenas 35 apresentaram seus Planos de Ação para Diversidade (NBSAP). Suriname, Colômbia, México e Cuba foram os únicos países do continente americano neste grupo. O compromisso de formular planos de ação faz parte do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming Montreal, aprovado durante a COP 15, em 2022 [3][4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://gov.sr/president-santokhi-vertegenwoordigt-suriname-op-cop16-in-colombia/>
- [2] Disponível em: <https://caricom.org/statement-by-his-excellency-chandrikapersad-santokhi-president-of-suriname-high-level-segment-16th-meeting-of-the-conference-of-the-parties-to-the-un-convention-on-biological-diversity-cali-colom/>
- [3] Disponível em: <https://www.entresolesylunas.org/index.php/en/component/content/article/15-blog/307-cop-16-only-35-countries-esposed-their-action-plans-to-protect-biodiversity>
- [4] Disponível em: <https://midianinja.org/cop16-apenas-35-dos-196-paises-apresentaram-os-seus-planos-de-acao-para-a-biodiversidade/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O grande destaque do mês de outubro na região amazônica da Venezuela foi a aprovação, por parte do Executivo federal, da exploração estatal de cassiterita em uma área no Arco Mineiro do Orinoco (AMO) [1]. A cassiterita é o principal minério do estanho e, atualmente, há uma crescente demanda global por esse recurso [2]. No dia 3 de outubro, Nicolás Maduro outorgou direitos exclusivos de exploração para a Corporação Venezuelana de Mineração (CVM), que poderá realizar atividades de exploração e extração do mineral cassiterita e seus associados. O anúncio foi feito na sede do Complexo Siderúrgico Nacional, em Caracas, e foi transmitido pelo canal televisivo

estatal VTV. Em sua fala, Maduro afirmou que a aprovação dos direitos de mineração deve “avançar em harmonia com a natureza, com os povos indígenas, para o desenvolvimento integral da mineração no país” [3].

Como reação ao anúncio feito por Maduro, diversas ONGs do país, como a Provea e a Fundaredes, têm alertado sobre danos irreversíveis que estão sendo causados no AMO, devido à exploração indiscriminada de riquezas minerais [4]. O AMO está localizado entre os estados amazônicos de Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas, onde estão presentes 36 áreas protegidas, como parques e monumentos naturais. Nessa área, há grandes reservas de ouro, coltan, diamantes, ferro, bauxita, entre outros minerais [5]. Na contramão das denúncias realizadas, o governo defende que a exploração estatal está de acordo com a ideia de promover ordem no setor de mineração “por meio de um conceito produtivo, ecológico e preservacionista, após reconhecer a existência da máfia nesse setor e a prática destrutiva” [6].

Os danos ao meio ambiente não se restringem à região do AMO. A ONG Fundaredes alertou, no dia 18 de outubro, que todos os estados amazônicos da Venezuela estão enfrentado uma crise ambiental devido à grande presença de práticas de mineração ilegal. Além disso, a organização afirma que a extração ilegal de ouro na Venezuela também tem provocado uma crise de direitos humanos. Segundo a ONG, a mineração ilegal “tem destruído bosques, contaminado rios com mercúrio e afetado comunidades indígenas, que acabam sofrendo por terem que se deslocar, além de sofrerem exploração laboral e violência”. Argumentam, ainda, que “a presença de grupos armados e máfias agrava a violação dos direitos básicos dos habitantes dessas áreas, incluindo o direito a um ambiente saudável e seguro” [7].

Ademais, no dia 21 de outubro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicitou ao governo da Venezuela a proteção de comunidades indígenas Yanomami. A Comissão expressou preocupação com o impacto da mineração ilegal, bem como de outras atividades ilícitas na vida, saúde e sobrevivência do povo Yanomami no AMO. A CIDH recebeu denúncias da própria comunidade, que alertava sobre a presença de mineradores ilegais da Colômbia e do Brasil em território venezuelano. A CIDH explicitou que a Venezuela deve adotar medidas concretas e imediatas para proteger os direitos humanos dessa população, com uma abordagem culturalmente adequada [8].

Por fim, no final do mês, a ONG SOS Orinoco se uniu à frente de denúncias dos impactos negativos da mineração ilegal na região da Amazônia venezuelana. No dia 27 de outubro, foi divulgado que cerca de 70% a 90% do ouro sai do país de forma ilegal,

em operações que envolvem funcionários do alto escalão do governo e familiares próximos ao entorno presidencial [9]. No dia 29, a ONG denunciou que funcionários militares cobram cerca de 16 gramas de ouro para que mineradores ilegais possam continuar explorando a região de Atabapo, no estado do Amazonas. No município de Cárida, a Guarda Nacional Bolivariana realiza cobranças semanais aos mineradores. Essa mina ilegal expandiu-se em 13 hectares entre os meses de julho e setembro de 2024. Além disto, a SOS Orinoco informou que “todos os chefes militares e civis locais fazem parte do negócio” e acrescentou que essa é “mais uma prova de que a suposta luta do regime de Nicolás Maduro contra a mineração ilegal é uma farsa: todas essas minas estão em plena expansão nas mãos dos mineradores que estavam no parque nacional Yapacana, com o aval dos militares” [10].

Referências

- [1] Disponível em: https://presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=28878
- [2] Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/04/cassiterita-o-mineral-que-e-a-nova-ameaca-aos-yanomami/>
- [3] Disponível em: <https://efectocucuyo.com/economia/maduro-aprueba-explotacion-estatal-de-cassiterita-en-el-arco-minero-del-orinoco/>
- [4] Ibidem.
- [5] Ibidem.
- [6] Ibidem.
- [7] Disponível em: <https://efectocucuyo.com/la-humanidad/ong-alerta-de-crisis-ambiental-por-la-mineria-ilegal-en-estados-amazonicos-de-venezuela/>
- [8] Disponível em: <https://efectocucuyo.com/la-humanidad/cidh-pide-al-gobierno-proteger-a-yanomamis-de-mineria-ilegal/>
- [9] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/amazonia-venezolana-azotada-por-violacion-de-derechos-humanos-y-perdida-de-la-biodiversidad/>
- [10] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-que-militares-cobran-16-gramos-de-oro-para-permitir-la-mineria-ilegal/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 1º e 4 de outubro, aconteceu o Segundo Encontro Regional de Diálogo, Avanços e Desafios na Construção da “Plataforma Amazônica de Povos Indígenas e Mudanças Climáticas” [1]. Realizada no Centro de Formação da Cooperação Amazônica (AECID), localizado em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, a reunião contou

com a presença da Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e do Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, além de delegados dos oito países membros. Nos quatro dias de encontro foram debatidas estratégias para a construção de políticas públicas e ações regionais integradas com base no intercâmbio de conhecimentos tradicionais e tecnologias, na conservação dos ecossistemas amazônicos, no respeito aos direitos dos povos indígenas e na adoção de práticas que promovam a resiliência das comunidades frente à crise climática.

A Diretora-Administrativa da OTCA, Edith Paredes, participou da Sessão 5 no submódulo “Plataforma Digital para Povos Indígenas e Mudanças Climáticas (PDPI&CC)” destacando a importância da incorporação do conhecimento ancestral nas ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas [2]. Já na Sessão 6, o coordenador do Observatório Regional da Amazônia (ORA), Mauro Ruffino, apresentou os indicadores e o banco de dados que serão utilizados para alimentar políticas públicas dentro dos marcos de articulação e governança regional [3]. A iniciativa será posteriormente integrada ao Módulo Povos Indígenas ORA/OTCA, ainda em fase de elaboração.

No restante do encontro, os participantes também apresentaram os progressos e próximos passos para a consolidação da Plataforma. A iniciativa da OTCA dá prosseguimento às diretrizes estabelecidas na Declaração de Belém (2023) e visa construir esforços para a concretização de uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudanças Climáticas. Esta ação foi organizada pela OTCA e contou com o apoio da AECID, do GIZ, da CEPAL e do Programa Euroclima+.

No dia 3 de outubro a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) firmaram um Acordo-Quadro nos marcos da Reunião de Autoridades de Saúde do Alto Nível das Américas, realizada em Washington, nos Estados Unidos [4]. O documento estabelece diretrizes para a formulação de políticas e ações estratégicas na área da saúde na região amazônica com destaque para a promoção da inteligência epidemiológica, a melhoria dos sistemas de alerta precoce e a transformação dos sistemas de saúde com foco no aumento da resiliência.

Segundo a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, o acordo entre OTCA e OPAS “nos permitirá implementar soluções inovadoras que beneficiarão não apenas os países da Amazônia, mas também toda a região das Américas.”. O dispositivo firmado prioriza áreas estratégicas como a saúde dos povos indígenas em isolamento

voluntário, a vigilância epidemiológica nas zonas de fronteira, a saúde ambiental e o uso de novas tecnologias, como a telemedicina. Ele se debruça, ainda, sobre o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a capacitação dos trabalhadores da saúde na região amazônica em prol da melhoria das condições de vida das comunidades e do fortalecimento dos sistemas de saúde regionais.

No dia 16 de outubro, representantes da OTCA participaram do Fórum de Investimentos da Iniciativa “Mano de la mano” organizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) [5]. Na ocasião foram apresentadas notas de investimento para a promoção de um modelo agroalimentar inclusivo e sustentável na região amazônica. Em colaboração com o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe e orientada pela Declaração de Belém, a proposta objetiva transformar a bioeconomia amazônica, promover melhorias nas condições de vida das populações locais e combater a fome e a pobreza. Os investimentos projetados somam 89,9 milhões de dólares e os benefícios pretendidos poderão atingir diretamente 14.500 pessoas e indiretamente 57.000 pessoas.

Dentro do plano inicial, uma das propostas é o fortalecimento do Observatório Regional da Amazônia (ORA), com investimento de \$19,2 milhões de dólares, a fim de torná-lo uma referência no conhecimento e monitoramento da Amazônia. A segunda proposta, de \$29,2 milhões de dólares, visa aumentar o acesso a serviços digitais nas áreas rurais da Amazônia – facilitando o acesso de pequenos produtores ao comércio eletrônico e o uso de tecnologias de rastreabilidade, por exemplo. A terceira proposta é focada na gestão sustentável da pesca migratória do bagre amazônico, com investimento de \$40,9 milhões de dólares, com ênfase na melhoria das capacidades locais, modernização de fábricas de processamento e redução dos custos logísticos. Estima-se que essa proposta pode beneficiar 9.500 famílias de modo direto e 12.000 pessoas de modo indireto.

Entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, representantes da OTCA participaram de diversas atividades estratégicas nos marcos da Décima Sexta Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 16) realizada em Cali, na Colômbia [6]. Durante a COP 16, a OTCA buscou projetar sua liderança em questões de sustentabilidade e biodiversidade na região amazônica em consonância com o Marco Global da Biodiversidade e a Declaração de Belém, além de atrair investimentos externos, fomentar a implementação de políticas públicas e promover eventos paralelos sobre inclusão dos conhecimentos indígenas, gestão sustentável dos recursos hídricos e mitigação de atividades ilícitas na Amazônia.

No dia 21, Carlos Salinas, Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, participou de evento promovido pelo Instituto Igarapé intitulado “Liderança da OTCA no fortalecimento da cooperação regional para enfrentar os crimes ambientais na Bacia Amazônica” em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) [7]. Salinas abordou a evolução do crime organizado na Amazônia, com destaque para a mineração ilegal, o desmatamento e o tráfico de espécies. Já Melina Risso, Diretora de Pesquisa do Instituto Igarapé, acrescentou que os crimes ambientais têm caráter transnacional e estão relacionados com outras economias ilícitas. Além disso, citou que o planejamento regional deve ser usado para lidar com esses casos.

No mesmo evento, o General William Castaño Ramos, Diretor da Direção de Carabineiros e Proteção Ambiental (DICAR) da Polícia Nacional da Colômbia, acrescentou que a colaboração com organismos internacionais e a integração de esforços regionais também são essenciais, posição que foi complementada pelo Diretor da Direção da Amazônia em Meio Ambiente da Polícia Federal do Brasil, Humberto Freire de Barros.

No dia 22, o Coordenador do ORA, Mauro Ruffino, participou do evento “Dados Abertos para a Biodiversidade: Acelerando o Monitoramento e a Ação”, organizado pelo Banco Mundial e pelo Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) [8]. A finalidade do evento foi discutir a importância das plataformas de dados abertos e iniciativas de compartilhamento de informações para a preservação do meio ambiente. Ruffino destacou os resultados alcançados pelo ORA e enfatizou a necessidade de fortalecer parcerias e capacidades dos países amazônicos para criação de um modelo de gestão de dados aberto e acessível.

No dia 22, Carlos Salinas participou do evento “Transição para o Manejo Integrado do Fogo na Bacia Amazônica” realizado no Pavilhão da União Europeia e organizado pelo Programa Amazônia+ na COP 16[9]. Salinas destacou o papel da Declaração de Belém e do recente Memorando de Entendimento sobre o Manejo Integrado do Fogo (MOU MIF) como referências na implementação de políticas coordenadas e sustentáveis na região amazônica.

No dia 23, a OTCA, com apoio do programa Amazônia+ financiado pela União Europeia, realizou um evento paralelo à COP 16 voltado para o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas [10]. Com a participação de representantes dos povos indígenas, autoridades dos países amazônicos e organizações internacionais, o encontro discutiu a formação de um grupo de trabalho com três pilares: o Mecanismo Amazônico dos Povos

Indígenas, o Fórum de Povos Indígenas sobre Conhecimentos Ancestrais e a Plataforma Regional Amazônica dos Povos Indígenas e Mudança Climática.

O Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, citou a importância de garantir a efetiva participação dos povos indígenas nos espaços multilaterais de biodiversidade e mudanças climáticas. Já a vice-presidenta do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), Myrna Cunningham, acrescentou que a inclusão de mulheres, jovens e pessoas com conhecimentos ancestrais é igualmente importante. Durante o evento, os países membros da OTCA se comprometeram a continuar o trabalho junto às organizações dos povos indígenas para apresentar resultados na COP 30 do Clima, em 2025.

No dia 23, jovens indígenas da Venezuela, Peru, Brasil, Colômbia e Equador, participaram do evento “Guardiões da Amazônia: Abordando a Mudança Climática e a Sustentabilidade da Água” [11]. No encontro, eles discutiram os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos da região, apontando para soluções inovadoras para a gestão sustentável da água e a incorporação dos saberes ancestrais nas políticas públicas. A Coordenadora de Mudanças Climáticas da OTCA, Rathna Kewal, disse que é preciso “empoderar as vozes da Amazônia” de modo que elas se vejam refletidas nas políticas climáticas internacionais.

Durante o debate, os presentes dialogaram sobre problemas que afetam o território amazônico, tais como as secas prolongadas, a perda de espécies nativas, a migração forçada de comunidades e a insegurança alimentar, mas também apontaram mecanismos desenvolvidos localmente, como a reflorestação de espécies nativas e a criação de sistemas de alerta precoce para mitigação de desastres. Os participantes pontuaram ainda que é preciso investir no fortalecimento da educação ambiental e dos direitos dos povos indígenas, com forte apelo aos diálogos intergeracionais para preservar e revitalizar os conhecimentos sobre mudanças climáticas.

No dia 24 de outubro, o Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, participou do evento “Desenvolvimento Social e Sustentável como Estratégia de Segurança Pública e Promoção dos Direitos Humanos nas Políticas de Drogas” organizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil às margens da COP 16 [12]. Mamani reforçou a cooperação entre os países amazônicos na área de segurança pública e apontou que atividades ilegais, como o tráfico de madeira e a mineração não-regulamentada tendem a desestabilizar as comunidades locais e ameaçar a biodiversidade da região.

Representantes da SENAD e do UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*) dialogaram sobre a necessidade de inclusão de uma abordagem social nas políticas de drogas e a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades afetadas pelo narcotráfico, além do mapeamento das conexões ilícitas entre essa atividade e a mineração e desmatamento ilegais. A representante da Iniciativa Negra para uma Nova Política de Drogas, Nathalia Oliveira, destacou a importância de promover políticas mais justas e inclusivas para as comunidades afrodescendentes e a inclusão de uma perspectiva de justiça social em segurança pública.

Seguindo a programação da COP 16, no dia 24, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promoveu o evento “Gestão do Risco de Incêndios Florestais e Conservação da Biodiversidade na Amazônia” [13]. O Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, Carlos Salinas, participou do encontro e destacou a importância da cooperação regional no combate aos incêndios florestais, apontando a criação da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo como uma ferramenta capaz de oferecer ações articuladas para a prevenção e resposta a eventos de grande magnitude, com a incorporação das comunidades locais no combate e prevenção de incêndios. O BID, por sua vez, ressaltou que o investimento em prevenção e no fortalecimento da governança é essencial para construção de uma região mais resiliente.

No dia 25 de outubro, a OTCA, em colaboração com a ONU Mulheres e o FONPLATA¹, organizou um evento sobre a cooperação regional para a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres na Amazônia [14]. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, moderou o evento e em sua fala pontuou os aspectos da Declaração de Belém que tratam sobre a inclusão de mulheres e meninas nos processos de tomada de decisão. A vice-representante da ONU Mulheres para a Colômbia, María Inés Salamanca, frisou que é necessário tornar visíveis os efeitos diferenciados da crise climática sobre as mulheres, além de destacar o papel das mulheres indígenas e rurais na preservação das florestas e gestão dos recursos naturais. Já Carolina Benítez, especialista em projetos de gênero do FONPLATA, tratou sobre a inclusão da perspectiva de gênero em projetos de infraestrutura financiados pelo banco, destacando a existência do programa para mulheres líderes no setor de águas no Brasil.

No dia 25, nos marcos da COP 16, a OTCA firmou uma Carta de Intenção com a Plataforma Cipó em busca de garantir um marco de colaboração para o intercâmbio de

¹ Banco de Desenvolvimento formado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

tecnologias e conhecimentos alinhados com as diretrizes estabelecidas na Declaração de Belém em prol da preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia [15]. No dia 26, foi firmada uma nova Carta de Intenção, desta vez entre a OTCA e o ICLEI (Rede Governos Locais pela Sustentabilidade), com foco no fortalecimento da resiliência climática e sustentabilidade urbana [16]. A Carta, assinada durante a 8ª Cúpula de Governos Subnacionais e Cidades: Agindo pela Diversidade, faz parte das iniciativas de articulação entre autoridades locais e tradicionais, que contam também com o Fórum de Cidades Amazônicas. Um dos objetivos da Carta é elaborar um plano de trabalho conjunto entre as duas instituições que articule ações em sintonia com dinâmicas regionais e internacionais a serem apresentadas durante a COP 30 no próximo ano.

No dia 27, Mauro Ruffino, Coordenador do ORA/OTCA, participou do evento “Soluções geoespaciais para uma melhor gestão do uso do solo na Amazônia” que discutiu o uso de dados e sistemas geoespaciais no enfrentamento dos desafios ambientais [17]. O evento contou com a participação de autoridades do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Ministério do Planejamento Espacial e Meio Ambiente do Suriname. Dentre os tópicos abordados, Ruffino destacou a integração e o compartilhamento de dados entre os países amazônicos, partindo da atuação do ORA/OTCA. O Ministro Marciano Dasai, do Suriname, apresentou os esforços do país na elaboração de políticas de proteção e conservação da Floresta Amazônica, que cobre 93% do território nacional, destacando o uso de ferramentas geoespaciais na análise de projetos de infraestrutura.

No mesmo dia, no âmbito da COP 16, uma reunião de especialistas organizado e moderado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tratou sobre a importância da cooperação regional e do desenvolvimento de políticas públicas para fortalecer a biodiversidade e modelos econômicos inclusivos na Amazônia [18]. Representantes do Equador e da Colômbia destacaram iniciativas de construção de políticas para a bioeconomia com a participação de agentes e comunidades locais, como, por exemplo, a Missão dos Sábios, atividade implementada na Colômbia que uniu capacidades e mecanismos do território com negócios de alto valor agregado em sustentabilidade. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, reforçou novamente a coordenação dos países amazônicos como estratégia para a incorporação do conhecimento ancestral nas políticas de certificação dos produtos amazônicos.

Também no dia 27, o evento “Soluções Geoespaciais para uma Melhor Gestão do Uso do Solo na Amazônia” discutiu como o uso de dados geoespaciais e sistemas de

informação integrados podem impulsionar o desenvolvimento sustentável da região [19]. Mauro Ruffino, Coordenador do Observatório Regional Amazônico (ORA), abordou os avanços regionais na integração de dados entre os países amazônicos e Marciano Dasai, Ministro de Planejamento Espacial e Meio Ambiente do Suriname, abordou as políticas implementadas a nível nacional em áreas como infraestrutura e enriquecimento do solo.

No dia 28, os Ministros de Relações Exteriores da OTCA firmaram a [Declaração de Cali](#) renovando os compromissos para a proteção da Amazônia e a promoção do desenvolvimento sustentável com base na cooperação regional e internacional [20]. Vanessa Grazziotin, Diretora-Executiva da OTCA, agradeceu os esforços realizados e as autoridades presentes – representando Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – destacaram a necessidade de fortalecer as redes regionais para a gestão integrada do fogo, a Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) e o grupo de trabalho sobre o fenômeno *El Niño*, além de reforçarem a importância de incluir ativamente os povos indígenas e as comunidades locais na implementação de estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Nos últimos dias da COP 16, as atividades continuaram. No dia 29, a OTCA e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) oficializaram uma Carta de Intenção com o objetivo de identificar áreas de cooperação interinstitucional para promover a segurança alimentar e nutricional na região amazônica em curto e longo prazo [21]. No mesmo dia, Martin von Hildebrand foi nomeado Secretário-Geral da OTCA com apoio de todos os países membros [22]. Von Hildebrand possui um histórico de atuação e ativismo em ações de proteção à Amazônia e defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas por meio da Fundação Gaia Amazonas, radicada na Colômbia.

Por fim, no dia 30, foi lançada a Rede Pan-Amazônica de Bioeconomia, iniciativa que faz parte da Conservação Internacional (CI) e tem por objetivo incentivar uma cooperação mais estreita entre os setores público e privado com foco na elaboração de projetos sustentáveis e alinhados com as comunidades locais [23]. Por meio do fomento a mecanismos financeiros, políticas e programas, a Rede busca promover um desenvolvimento econômico que valorize e preserve a biodiversidade da região.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/abertura-do-segundo-encontro-regional-amazonico-para-a-construcao-da-plataforma-regional-amazonica-dos-povos-indigenas-e-mudanca-climatica/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/santa-cruz-de-la-sierra-sedia-dia-importante-para-plataforma-amazonica-dos-povos-indigenas/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/apresentacao-de-uma-plataforma-digital-para-promover-a-resiliencia-indigena-sobre-as-alteracoes-climaticas/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-opas-fortalecem-cooperacao-em-saude-publica-na-amazonia-com-acordo-quadro/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-apresenta-notas-de-investimento-para-promover-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/participacao-estrategica-da-otca-na-cop-16-da-convencao-sobre-diversidade-biologica/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-reforca-a-cooperacao-regional-para-combater-crimes-ambientais-na-cop-16-da-cdb/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/o-observatorio-regional-amazonico-impulsa-a-conservacao-atraves-de-debates/>
- [9] Disponível em: <https://otca.org/pt/carlos-salinas-da-otca-destaca-compromissos-regionais-na-gestao-integral-do-fogo-durante-a-cop16/>
- [10] Disponível em: <https://otca.org/pt/construcao-de-um-mecanismo-inclusivo-para-os-povos-indigenas-na-amazonia/>
- [11] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-jovens-indigenas-se-unem-pela-conservacao-dos-recursos-hidricos-na-amazonia/>
- [12] Disponível em: <https://otca.org/pt/desenvolvimento-sustentavel-e-seguranca-publica-uma-nova-abordagem-para-a-amazonia/>
- [13] Disponível em: <https://otca.org/pt/o-bid-promove-abordagem-preventiva-na-gestao-de-incendios-florestais-na-amazonia-durante-a-cop-16/>
- [14] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-destaca-o-papel-das-mulheres-na-cop-16/>
- [15] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-cipo-consolidam-alianca-para-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-2/>
- [16] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-iclei-assinam-carta-de-intencao-para-fortalecer-a-cooperacao-na-amazonia/>
- [17] Disponível em: <https://otca.org/pt/solucoes-geoespaciais-para-melhorar-a-gestao-do-uso-da-terra-na-amazonia-uma-abordagem-abrangente-na-cop-16/>
- [18] Disponível em: <https://otca.org/pt/especialistas-debatem-os-desafios-e-oportunidades-da-bioeconomia-na-amazonia/>
- [19] Disponível em: <https://otca.org/pt/solucoes-geoespaciais-para-a-gestao-aprimorada-do-uso-do-solo-na-amazonia-uma-abordagem-integral-na-cop-16/>
- [20] Disponível em: <https://otca.org/pt/18850-2/>
- [21] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-o-programa-mundial-de-alimentos-oficializam-assinatura-de-uma-carta-de-intencao-durante-a-cop-16-do-cdb/>
- [22] Disponível em: <https://otca.org/pt/martin-von-hildebrand-novo-secretario-geral-da-otca-assume-com-um-firme-compromisso-pela-conservacao-da-amazonia/>
- [23] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-impulsiona-colaboracao-regional-no-lancamento-da-rede-pan-amazonica-de-bioeconomia/>